

A contribuição dos negros africanos, introduzidos no Brasil como trabalhadores escravos, foi significativa para a formação e o desenvolvimento da sociedade brasileira. Entretanto, olhar para a história brasileira é compreender como as raízes do preconceito racial e da discriminação foram alimentadas pelo fato de os negros terem sido considerados mercadorias durante 300 anos. No sistema escravista, os negros, sem acesso a qualquer tipo de educação que não fosse a de servir seus senhores, realizavam todos os trabalhos que estes se negavam a executar, resultando na desvalorização do serviço braçal (FERNANDES, 1978, 1996).

A escravidão produziu efeitos sociais, econômicos e culturais também na formação da população do Estado e da cidade de São Paulo. Ao final da escravidão, os trabalhadores negros – ex-escravos – ficaram desamparados, não foram indenizados pós-Lei Áurea e, principalmente no Estado de São Paulo, foram substituídos pelos imigrantes europeus, só recebendo um novo papel a partir de 1930, como mão-de-obra operária na industrialização que se intensificou. Todos esses fatos resultaram na sua marginalização do processo produtivo, na discriminação racial em vários setores e na persistência das desigualdades das condições de vida. O racismo, velado ou não, produz estereótipos que valorizam o padrão de beleza eurocêntrico, segundo o qual a cor dos olhos, o tipo de cabelo e a aparência do corpo passam a ser fatores tanto para admissão ao emprego como para promoção. É importante realçar que o preconceito não é um processo inocente que atinge fortuitamente os diferentes agentes sociais, mas perpetua e legitima relações de poder assimétricas, que possibilitam ao

branco acesso privilegiado aos maiores e melhores benefícios do sistema, enquanto ao negro é reservado um lugar secundário (OIT, 2005).

Deve-se destacar que raça/cor é um conceito questionado e questionável, uma vez que o ser humano é essencialmente um só, independente de suas características físicas e culturais. Foram os grupos dominantes das sociedades que, historicamente, utilizaram o conceito raça/cor para distribuir papéis e funções e, com isso, discriminar e exercer poder sobre outros grupos. Uma das principais fontes dos dados utilizados aqui foi o Censo Demográfico 2000 do IBGE, em que a raça/cor é resultado da declaração da pessoa recenseada. Neste texto, o termo “negros” refere-se às pessoas de raça/cor preta e parda. Conforme o Censo Demográfico, em 2000, os negros constituíam 30,3% (3.161.969 pessoas) da população paulistana, com relativa concentração nas regiões mais periféricas da cidade (ver mapa na p. 44).

Este trabalho não pretende explorar a totalidade dos fenômenos relacionados ao preconceito e às desigualdades entre grupos sociais diversos, mas tão-somente localizar, no território do Município de São Paulo, alguns aspectos da discriminação racial no mercado de trabalho e da desigualdade nos níveis de escolaridade entre brancos e negros.

Vários autores, entre eles Silva (2003), já apontaram a existência de discriminação racial no mercado de trabalho. Os negros enfrentam preconceito e discriminação nos processos de